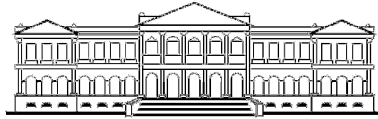


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

**RELATÓRIO SÍNTESE
DO EXERCÍCIO
DE 2017**

**Arquivo Nacional – Rio de Janeiro
Maio de 2018**

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem o objetivo de atender as diretrizes da transparência ativa através da divulgação de informações de interesse público por iniciativa própria, conforme disposto no Capítulo III do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

A estrutura adotada para elaboração deste documento consolida as informações sobre as principais ações desenvolvidas pelo Arquivo Nacional no ano de 2017, bem como as atividades estratégicas planejadas para 2018.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2017

No plano da **Política Nacional de Arquivos**, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ realizou seis Reuniões Plenárias em 2017, cabendo destacar as seguintes pautas: i) debate sobre o Projeto de Lei nº 7920/2017, que altera a Lei nº 12.682/2012 (elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos), a Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos), o Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865/2013, a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos; ii) revisão da Resolução nº 06 do CONARQ, que dispõe sobre a terceirização de serviços arquivísticos.

O CONARQ deu continuidade à campanha de fomento à criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais e realizou também a capacitação de cerca de 450 profissionais de diversas instituições do país na área arquivística, bem como a orientação técnica a cerca de 300 órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Foram inseridas 42 instituições no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e o sítio eletrônico do CONARQ contabilizou 194.000 acessos em 2017.

No âmbito da **Política Internacional de Arquivos**, o Arquivo Nacional deu continuidade as ações do projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE)” no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Governos das Repúblicas de Timor Leste e Moçambique, com a interveniência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Foi celebrado também o Acordo de Cooperação com a Brown University voltado para a disponibilização de documentos digitalizados de origem norte-americana e brasileira sobre o regime ditatorial no Brasil (1964-1985). Vale ressaltar ainda a participação do Arquivo Nacional no programa internacional InterPARES Trust que visa a apoiar o desenvolvimento, em diversos países, de redes integradas e consistentes no estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos arquivísticos digitais armazenados na Internet.

Nas ações relativas à **Gestão de Documentos de Arquivo**, é importante destacar as seguintes ações do Arquivo Nacional no âmbito do projeto “Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA”: i) reformulação e atualização do sítio eletrônico; ii) realização de três reuniões da Comissão de Coordenação do SIGA – CCSIGA e criação do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) para revisão do seu Regimento Interno; iii) reestruturação e padronização do Relatório Trimestral e orientação técnica aos Presidentes das



Subcomissões de Coordenação do SIGA; iv) elaboração de Portaria com o levantamento das atividades críticas para o funcionamento do SIGA publicada no março de 2018; v) levantamento de insumos para desenvolvimento de sistema informatizado (eSIGA) que dará suporte às atividades do SIGA; vi) início do diagnóstico do grau de desenvolvimento dos órgãos e entidades integrantes do SIGA em gestão de documentos de arquivos.

O Arquivo Nacional contribuiu para a ampliação do acesso à informação atuando no acompanhamento e implantação de programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades integrantes do SIGA, bem como no mapeamento da estrutura administrativa dos órgãos e entidades da administração pública federal. Além das mais de 820 orientações técnicas realizados no ano de 2017, o Arquivo Nacional esteve presente em 8 diferentes estados federativos, ora ministrando capacitações na área de gestão de documentos a 303 servidores públicos, ora realizando atendimento a 145 órgãos e entidades da administração pública federal integrantes do SIGA, o que possibilitou a eliminação de, aproximadamente, 8.500 metros lineares de documentos.

Vale ressaltar também que foi publicada a segunda versão da Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional e a Instrução Técnica AN Digital 01/2016: Entrada de Documentos Arquivísticos Digitais no Arquivo Nacional, bem como o “Guia da Administração Brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)”. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Arquivo Nacional participou da elaboração do “Guia de Usuário do AtoM”, do “Guia do usuário Archivematica” e do “Guia de instalação e configuração Archivematica” atendendo a uma crescente necessidade de informatização dos procedimentos arquivísticos ante o rápido aumento da geração de documentos em formato digital.

No âmbito das ações de **Acesso e Difusão do Acervo**, cumprindo sua missão de dar acesso à informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional obteve 8.398.762 acessos ao acervo, que compreendem: i) atendimentos aos usuários, nas modalidades “presencial e “à distância”: 67.382, ii) difusão do acervo: 4.783; iii) acessos aos sítios institucionais: (8.326.597). Quanto à promoção de eventos de difusão do acervo, foram realizados 32 eventos técnico-culturais, dentre eles: i) Lançamento da base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil: porto do Rio de Janeiro, ii) I Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia; iii) 1ª Semana Nacional de Arquivos; iv) Exposições “Itinerários Indígenas” e “Asas Que Protegem o País – Tributo a Santos Dumont”; vi) Seminário “Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual”; vii) 3ª edição do Festival de Cinema Arquivo em Cartaz. Ao longo de 2017, o Arquivo Nacional editou 12 publicações técnico-científicas, das quais 03 são digitais, bem como recebeu 1417 visitantes.

Nas ações relativas à **Preservação do Acervo Nacional**, foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão de 94 fundos documentais, quais sejam: i) 1.592.349 ações de processamento técnico; ii) 12.049 ações de qualidade e normalização; iii) 120.154 ações de reformatação e digitalização; iv) 108.624 ações de conservação do acervo; v) 4.400.763 ações de preservação digital. Além disso, foram prestadas 18 assistências técnicas e 49 apoios técnicos a diversas instituições para tratamento arquivístico e preservação de acervos. Em 2017, foram digitalizados 120.154 documentos e publicados 1.490.906 registros sobre o acervo no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Ao final de 2017, 2.987.469 documentos digitais estavam disponíveis no Arquivo Nacional para acesso ao público, dos quais 178.168 estavam disponíveis para acesso online no SIAN. Em 2017, também foram concluídos os projetos “Informação sob controle: ações de preservação e acesso a

acervos de memória política e social sob guarda do Arquivo Nacional” e o projeto “Entrada de passageiros no Porto do Rio de Janeiro – Controlar para disponibilizar”, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social – BNDES.

O Arquivo Nacional estabeleceu parceria com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais do Distrito Federal – APAE/DF para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho, tendo sido realizada a capacitação de 93 pessoas em higienização de documentos, das quais 10 instrutores e 54 pessoas com deficiência intelectual e múltipla já estão atuando na área. Dentre os acordos de cooperação técnica, destaca-se o projeto Papel da Liberdade, desenvolvido em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com o objetivo de oferecer capacitação/profissionalização na área de educação arquivística a pessoas em cumprimento de pena, fomentando ações de qualificação profissional, trabalho, renda e inclusão social.

Na área de projetos especiais interinstitucionais e de **promoção do direito à memória e à verdade**, destaca-se a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. A Rede Memórias Reveladas atingiu, em 2017, a marca de 138 entidades parceiras no Brasil e no exterior. Atualmente, o Banco de Dados Memórias Reveladas, disponível na Internet, possui 465.873 registros de informações inseridas por instituições parceiras, dos quais 30.000 foram adicionados em 2017. A nova versão do banco de dados foi desenvolvida em 2017 e entrou em fase de teste em janeiro de 2018, com a inclusão de aproximadamente 1.000.000 de documentos digitalizados do acervo do Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional deu continuidade aos projetos de digitalização de acervos das extintas DOPS nos estados de Pernambuco e Goiás, tendo concluído a digitalização do acervo da DOPS/GO (31.934 páginas) e atingido 212.983 páginas digitalizadas da DOPS/PE. Estima-se que o projeto em Pernambuco será finalizado em 2018, quando será iniciado o projeto de digitalização dos acervos DOPS do Estado do Rio de Janeiro, com volume previsto de 1.000.000 de páginas. Em 2017, foi publicado ainda o edital da 4ª edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, concurso monográfico com base em fontes documentais referentes às lutas políticas durante o período ditatorial.

No âmbito da **Gestão e Manutenção do Arquivo Nacional**, foram desenvolvidas atividades relacionadas às ações de capacitação. No decorrer de 2017, foram realizadas ações que capacitaram 110 servidores, nas áreas de Comunicação, Desenvolvimento Gerencial, Gestão de Informação, Gestão de Pessoas, Informática, Logística, Planejamento e Saúde, nos quais o objetivo é desenvolver as competências institucionais por meio das ações individuais, na busca pelo cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos do Arquivo Nacional. Dentre as ações relativas à área de **Logística**, o orçamento para as despesas administrativas, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA 2017) do Arquivo Nacional, sofreu bloqueios orçamentários determinados pelo Decreto nº 9.018/2017. Esses bloqueios prejudicaram a execução do planejamento de obras nas edificações do Arquivo Nacional. Os valores que ficaram disponíveis foram utilizados para atender a demanda orçamentária dos serviços continuados, como por exemplo, manutenção preventiva e corretiva do conjunto arquitetônico tombado da União; manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e dos equipamentos do sistema de condicionamento de ar; limpeza conservação e asseio. Foi dada continuidade ao processo que trata da contratação da empresa responsável pela execução do projeto de combate a incêndio e pânico, aprovado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro. A licitação não obteve êxito devido à necessidade de reformulação do projeto inicial. O Arquivo Nacional para o exercício de 2018 realizou um levantamento acerca das demandas relacionadas a obras e

intervenções, necessárias para a manutenção das estruturas do seu conjunto arquitetônico, assim como das estruturas da Coordenação Regional de Brasília, ficando na dependência de liberação orçamentária para a execução dos projetos.

Em relação aos **Recursos Orçamentários**, por meio da Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2017, o orçamento aprovado para o exercício de 2017 teve dotação inicial de R\$ 101.012.149,00, dos quais R\$ 81.249.925,27 destinados a atender despesas com pessoal e benefícios e R\$ 18.630.047,00 destinados a despesas discricionárias, já incluídos R\$ 104.741,00 para pagamentos a Organismos Internacionais aos quais o Arquivo Nacional é filiado. Foi aprovada suplementação de crédito da ordem de R\$ 4.000.000,00 para atender a demanda orçamentária dos contratos de serviços continuados, que sofreram reajustes de preços bem acima dos inicialmente estimados. A execução orçamentária foi da ordem de R\$ 22.619.747,00, o que corresponde a 99,95% da dotação orçamentária autorizada (R\$ 22.630.047,00). Tendo em vista a exiguidade orçamentária, a execução do Arquivo Nacional foi destinada a atender, prioritariamente ao pagamento de serviços já contratados, sem possibilidade de atender a muitas demandas de Planos Orçamentários temáticos.

No âmbito da **Tecnologia da Informação**, o Arquivo Nacional realizou e aprimorou diversas atividades nas áreas de Desenvolvimento de sistemas, Infraestrutura e Segurança, Administração de Rede e Suporte Técnico, dentre elas destacam-se: i) desenvolvimento do novo módulo de consulta à distância no SIAN, com o objetivo de permitir ao cidadão solicitar um serviço a distância, através do seu computador, celular ou tablet e poder acompanhar o status da solicitação a qualquer momento; ii) desenvolvimento e implantação da pesquisa digital 2.0 no SIAN; iii) execução do contrato de manutenção da Sala-Cofre; iv) implantação do novo sistema de gestão de chamados de manutenção de logística (GLPI - Logística); v) execução do contrato de manutenção de servidores e storage na Sede e na COREG; vi) desenvolvimento de plataforma de Ensino a Distância (Moodle); vii) implantação de novo portal do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos, do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) e do Centro de Referência Memórias Reveladas; viii) implantação do repositório digital confiável (Archivematica 1.5); ix) criação da Wiki do Arquivo Nacional; x) implantação de mecanismos de segurança da informação como administração do licenciamento de todos os ativos de segurança, aquisição e gerenciamento do firewall Palo Alto, gerenciamento de ameaças (Autofocus), monitoramento e controle de vulnerabilidades do ambiente (MineMeld), implementação de ferramentas de segurança, gerenciamento do antivírus corporativo (Symantec), gerenciamento da segurança das mensagens eletrônicas, dentre outras. Foram adquiridos 8 servidores de alta performance e equipamentos de wireless e realizados a adequação de infraestrutura de *storages* e a configuração e atualização de softwares.

3. No Plano de Ação para 2018

Dentre as ações e projetos para 2018, destacam-se:

Política Nacional de Arquivos

- Realização do Seminário Nacional de Arquivos Públicos Municipais;
- Implementação de um amplo programa de capacitação em gestão, preservação e acesso aos documentos públicos;
- Implementação de um Programa Nacional de Técnicas e Práticas em Arquivos e de um projeto piloto para implantação de Arquivos Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro.

Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA)

- Monitoramento das atividades realizadas pela Comissão de Coordenação do SIGA e pelas Subcomissões de Coordenação dos Ministérios e órgãos equivalentes;
- Ampliação dos atendimentos a servidores e empregados públicos, em especial a Membros da Comissão de Coordenação do SIGA e das comissões permanentes de avaliação de documentos e das de documentos sigilosos de órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do SIGA;
- Implementação do Projeto “Desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIGA”, que tem como uma das principais entregas a implantação do Sistema de Monitoramento do SIGA (eSIGA).

Gestão de Documentos Arquivísticos

- Ampliação da atuação do Arquivo Nacional na implantação de Programas de Gestão de Documentos junto aos órgãos e entidades integrantes do SIGA;
- Realização de 8 Cursos e Oficinas em Gestão de Documentos para capacitação de servidores de órgãos e entidades integrantes do SIGA.
- Elaboração de normativos, metodologias e orientações gerais relativos à gestão de documentos arquivísticos, tais como: i) atualização da Resolução n. 14/CONARQ, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública; ii) publicação das Notas Técnicas sobre: avaliação do PL 7920/2017, que trata do processo de digitalização; recomendações para aperfeiçoamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI; orientação técnica sobre a criação e implementação de repositórios confiáveis; orientação técnica com diretrizes para a implementação de sistemas informatizados de produção e tramitação de documentos;
- Lançamento da nova versão do site do programa permanente de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), que reúne e sistematiza informações relativas a história da administração pública desde o período colonial.

Acesso e Difusão do Acervo

- Ampliação da disponibilização do acervo em meio digital para ampliar o acesso aos documentos;



- Implantação de certificação digital para autenticação de reproduções de documentos;
- Realização de aproximadamente 30 eventos de difusão do acervo, em comemoração aos 180 anos do Arquivo Nacional, dentre os quais, cabem destacar: Festival Internacional de Cinema de Arquivo, Exposição sobre o Estado Novo, Exposição sobre os 180 anos do Arquivo Nacional, Exposição sobre os 30 anos da Constituição Federal; Evento de lançamento do Plano de Acessibilidade do Arquivo Nacional;
- Abertura da instituição nos finais de semana para fruição cultural da população durante três meses, com visita guiada e eventos no pátio;
- Incremento das ações pedagógicas e das visitas educativas, tais como: (i) criação do Portal Educação em Arquivos, (ii) lançamento de guia para ações educativas em escolas, voltado ao público do segundo ciclo do ensino fundamental; (iii) criação de jogos pedagógicos para estímulo à educação patrimonial em arquivos com crianças;
- Ampliação das ações de difusão, tais como: i) criação do sítio eletrônico de pesquisa Brasil Republicano e desenvolvimento de novos conteúdos de difusão para sítios eletrônicos de pesquisa como a Brasiliana Fotográfica, uma parceria com a Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles; ii) produção de 12 vídeos de difusão de conteúdos audiovisuais no âmbito do projeto “Cartas de Arquivo” e de mídias-metragens, aproximadamente 30 minutos, contando a história do Arquivo Nacional, seus acervos e missões, inspirado nos módulos da exposição dos 180 anos do Arquivo Nacional; iii) produção, em parceria com a EBC, de interprogramas para serem exibidos nos intervalos da programação da emissora; iv) produção de um novo vídeo institucional do Arquivo Nacional; v) produção de 11 publicações técnico-científicas, como as publicações do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2015, do Prêmio Memórias Reveladas 2014, do Prêmio Nacional de Arquivologia - Maria Odila da Fonseca 2017, dentre outras.

Processamento e Preservação do Acervo

- Ampliação da digitalização dos acervos, com priorização dos fundos documentais mais consultados;
- Gerenciamento arquivístico dos documentos digitais permanentes da Administração Pública Federal no Repositório Digital Confiável do Arquivo Nacional, visando a preservação digital dos documentos;
- Tratamento técnico de fundos documentais prioritários, tais como Fundo Secretaria de Política Marítima, Aérea e de Fronteiras (SPMAF) relativos à imigração e naturalização de estrangeiros no Brasil e Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas

- Projeto de digitalização do acervo do Departamento de Ordem Política e Social DOPS do Estado do Rio de Janeiro, com volume previsto de um milhão de páginas;
- Atualização tecnológica do Banco de Dados Memórias Reveladas, cuja nova versão entrou em fase de teste em janeiro de 2018, com a inclusão de aproximadamente um milhão de documentos digitalizados do acervo do Arquivo Nacional.

Carolina Chaves de Azevedo
Diretora-Geral do Arquivo Nacional
Presidente da Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
– SIGA, da Administração pública federal
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ